

**Jaqueline Fonseca Rodrigues  
(Organizadora)**

# Inovação, Gestão e Sustentabilidade



**Atena**  
Editora  
Ano 2019

Jaqueline Fonseca Rodrigues  
(Organizadora)

# Inovação, Gestão e Sustentabilidade

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Rafael Sandrini Filho  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
158	<p>Inovação, gestão e sustentabilidade [recurso eletrônico] / Organizadora Jaqueline Fonseca Rodrigues. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inovação, gestão e sustentabilidade; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7247-404-7 DOI 10.22533/at.ed.047191806</p> <p>1. Desenvolvimento sustentável – Pesquisa – Brasil. 2. Inovação. 3. Tecnologia. I. Rodrigues, Jaqueline Fonseca. II. Série. CDD 509.81</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A edição do e book – **Inovação, Gestão e Sustentabilidade** trazem em sua essência o entendimento sobre o impacto gerado pela unificação destes.

**Inovação, Gestão e Sustentabilidade** aborda os desafios para as empresas e a sociedade em relação aos problemas ambientais que se inter-relacionam com a questão econômica. No contexto empresarial, a escassez de recursos naturais impõe a seguinte reflexão: Como inovar e ao mesmo tempo otimizar a sustentabilidade das cadeias de valor? Esta obra pretende contribuir para a compreensão desse contexto, apresentando alternativas analíticas e estratégias para as empresas nesse novo cenário socioeconômico, ambiental e inovador.

A preocupação com **Sustentabilidade** pode lançar as questões de **Inovação e Gestão** para um novo e diferenciado patamar, colocando-a, definitivamente, na ordem do diferencial competitivo.

Pode-se observar que tanto a **Inovação**, quanto a **Sustentabilidade** aliadas à processos de **Gestão** podem se tornarem fundamentais para a promoção da competitividade em contextos regionais e globais, bem como representarem a diferença na obtenção de resultados empresariais.

A busca por organizações “**Sustentáveis**” que sejam modelos de eficiência econômica e ambiental vêm sendo o maior desafio em um cenário globalizado e de constante mutação.

O principal destaque dos artigos é uma abordagem voltada para os temas destacados, através da apresentação de mudanças climáticas e as consequências ambientais no meio rural; a sustentabilidade e o desenvolvimento da suinocultura com a gestão de resíduos sólidos; o agronegócio da soja em mato grosso: explorando as fontes de inovação e/ou conhecimento; além da contribuição para que se interprete as relações inovadoras, sustentáveis e econômicas em várias outras pesquisas. a preferência pela escolha efetuada inclui as mais diversas regiões do país e aborda tanto questões de regionalidade quanto fatores de desigualdade promovidas pelo tema em destaque.

Necessita-se destacar que os locais escolhidos para as pesquisas exibidas, são os mais variados, o que promove uma ótica diferenciada da visão **sustentável**, da **gestão** e da **inovação**, ampliando os conhecimentos acerca dos assuntos apresentados.

A relevância ainda se estende na abordagem de proposições inerentes ao Desenvolvimento Regional e Territorial; Gestão da Produção e Inovação, envolvendo Agroecologia, apresentando questões relativas aos processos que buscam gerar diferencial competitivo.

Enfim, esta coletânea visa colaborar imensamente com os estudos referentes ao já destacado acima.

Não resta dúvidas que o leitor terá em mãos respeitáveis referenciais para pesquisas, estudos e identificação de cenários econômicos através de autores de

renome na área científica, que podem contribuir com o tema. Além disso, poderá identificar esses conceitos em situações cotidianas e num contexto profissional.

Jaqueline Fonseca Rodrigues  
Mestre em Engenharia de Produção pelo PPGEP/UTFPR

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>11</b>
A COORDENAÇÃO ENTRE USINAS E DISTRIBUIDORAS NO MERCADO DE ETANOL EM GOIÁS	
Antonio Marcos de Queiroz Lívia Figueiredo de Oliveira Cleidinaldo de Jesus Barbosa Edson Roberto Vieira Sérgio Fornazier Meyrelles Filho Fábio André Teixeira Sabrina Faria de Queiroz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0471918061</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>28</b>
A DINÂMICA DA VOLATILIDADE E ASSIMETRIA DE PREÇOS DA COMMODITY MILHO : UMA ABORDAGEM DOS MODELOS HETEROSCEDÁSTICOS	
Carlos Alberto Gonçalves da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0471918062</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>46</b>
A MUDANÇA CLIMÁTICA E CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS NO MEIO RURAL: UM RECORTE DA REALIDADE BRASILEIRA EM GOIÁS NA REGIÃO DE ANÁPOLIS E ENTORNO	
Joana D'arc Bardella Castro Jorge Madeira Nogueira Livia Ramêro Talita Freitas Mário Cesar Gomes de Castro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0471918063</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>59</b>
A SUSTENTABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO DA SUINOCULTURA COM A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: PROBLEMAS, OPORTUNIDADES E DESAFIOS	
Gevair Campos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0471918064</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>80</b>
AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS RELAÇÕES DE MERCADO: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DE PREÇOS DA AVICULTURA ALTERNATIVA NO ESTADO DO ACRE	
Emerson Luiz Curvêlo Machado Fábio Santos de Santana Pedro Gilberto Cavalcante Filho Reginaldo Silva Mariano Paulo Alves da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0471918065</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>98</b>
AGRONEGÓCIO DA SOJA EM MATO GROSSO: EXPLORANDO AS FONTES DE INOVAÇÃO E/OU CONHECIMENTO	
Adelice Minetto Sznitowski Yeda Swirski de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0471918066</b>	

**CAPÍTULO 7 ..... 112**

ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA E BACTERIOLÓGICA DA ÁGUA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO BACANGA, SÃO LUÍS – MA

Lara Rita Albuquerque Camara  
Marília da Cruz dos Santos  
Ana Beatriz Silva Da Costa  
Andressa Bianca Paz Camara  
Glauber Tulio Fonseca Coelho

**DOI 10.22533/at.ed.0471918067**

**CAPÍTULO 8 ..... 121**

AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Rubstain Ferreira Ramos de Andrade  
Francisca Dejjane Araújo Chaves

**DOI 10.22533/at.ed.0471918068**

**CAPÍTULO 9 ..... 138**

AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS PRODUTOS À BASE DO BARU NO ASSENTAMENTO SÃO MANOEL EM ANASTÁCIO- MS

Aline Moreira  
Léia Carla Rodrigues dos Santos Larson  
Madeleini Naves dos Santos  
Paulo Neres Carvalho

**DOI 10.22533/at.ed.0471918069**

**CAPÍTULO 10 ..... 151**

CLUSTERS ESPACIAIS NO SETOR SUCROALCOOLEIRO EM GOIÁS: EXISTEM TERRITÓRIOS CANAVIEIROS?

Antonio Marcos de Queiroz  
Henrique Dantas Neder  
Cleidinaldo de Jesus Barbosa  
Edson Roberto Vieira  
Claudia Regina Rosal Carvalho  
Fábio André Teixeira  
Sabrina Faria De Queiroz  
Flávia Rezende Campos  
Sérgio Fornazier Meyrelles Filho

**DOI 10.22533/at.ed.04719180610**

**CAPÍTULO 11 ..... 171**

CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO DF

Rubstain Ramos de Andrade  
Priscylla Dayse Almeida Gonçalves Mendes  
Jânio Nascimento de Aquino  
Tania Cristina Cruz

**DOI 10.22533/at.ed.04719180611**



<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>187</b>
DAIRY GOAT AGRIBUSINESS SYSTEM IN THE STATE OF MINAS GERAIS, BRAZIL: A MULTIPLE CASE STUDY	
Luany Abadia Cavalcante de Sousa	
Laya Kannan Silva Alves	
Brenda Alves dos Santos	
Augusto Hauber Gameiro	
Camila Raineri	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04719180612</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>206</b>
DECOMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS IMPACTOS NO VALOR DA PRODUÇÃO LEITEIRA NAS DIFERENTES REGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL	
Júnior Candaten	
Julcemar Bruno Zilli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04719180613</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>222</b>
DIAGNÓSTICO AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICO DA INDÚSTRIA DE CERÂMICA VERMELHA DA REGIÃO SUL DO ESTADO DO CEARÁ	
Cybelle Rodrigues Duarte	
Maria Nicheilly Pontes Araújo	
Vanessa Ermes Santos	
Ana Candida de Almeida Prado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04719180614</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>235</b>
Diferentes Abordagens da Teoria Neo-Schumpeteriana	
Karine Daiane Zingler	
Arlindo Villaschi Filho	
Glauco Schultz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04719180615</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>251</b>
DINÂMICA DO AVANÇO DO MONOCULTIVO DO DENDE NO MUNICÍPIO DE MOJU-PA: DESENVOLVIMENTO E CONTRADIÇÕES	
Félix Lélis da Silva	
Mário Miguel Amin Garcia Hereros	
Gabriel Lelis Pereira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04719180616</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>280</b>
ESTRATÉGIAS E VALORES DO MOVIMENTO <i>SLOWFOOD</i> NA REGIÃO DO CERRADO	
Níria Costa Assis	
Maria Júlia Pantoja	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04719180617</b>	

<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>298</b>
EVOLUÇÃO E DECOMPOSIÇÃO DA POBREZA PARA AS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE DO BRASIL, 1995 e 2004	
Sabrina Faria de Queiroz	
Henrique Dantas Neder	
Cláudia Regina Rosal Carvalho	
Flávia Rezende Campos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04719180618</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>314</b>
EXPLORAÇÃO PELA COMPLEXIDADE: UM MODELO TEÓRICO PARA ANALISAR COMO SE DÁ A EXTRAÇÃO DE VALOR NO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DA SOJA	
João Guilherme Araújo Schmidt	
Matheus Prudente Cançado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04719180619</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>331</b>
INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: O POTENCIAL DA TORTA DE MARISCOS DA ILHA DAS CAIEIRAS – VITÓRIA/ES	
Jaqueline Carolino	
Uonis Raasch Pagel	
Giovanna Fornaciari	
Ronielson de Jesus Xavier	
Lucas Medici Macedo Candeias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04719180620</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>339</b>

## CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO DF

**Rubstain Ramos de Andrade**

EMATER-DF – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

**Priscylla Dayse Almeida Gonçalves Mendes**

Mestranda da Universidade de Brasília

**Jânio Nascimento de Aquino**

Mestrando da Universidade de Brasília

**Tania Cristina Cruz**

Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup> da Universidade de Brasília

**RESUMO:** O presente artigo apresenta contribuições fruto da experiência do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, para a agricultura familiar brasileira e do Distrito Federal - DF. Parte-se dos resultados nacionais para analisar a participação no DF no referido programa. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental. As informações registradas são oriundas do relatório interno da EMATER-DF, por meio da gerência de Desenvolvimento Econômico - GEDEC, responsável pela implantação e operacionalização do programa e de dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Os dados apontam resultados importantes tanto em nível nacional quanto a nível local para os agricultores familiares, na medida em que garante ao agricultor uma renda mais justa, valorizando a produção.

**PALAVRAS - CHAVE:** Programa de Aquisição de Alimentos, Agricultura Familiar, valorização da produção.

### CONTRIBUTIONS OF THE FOOD ACQUISITION PROGRAM (PAA) FOR DF FAMILY AGRICULTURE

**ABSTRACT:** This article presents contributions derived from the experience of the Food Acquisition Program - PAA, for Brazilian family agriculture and the Federal District - DF. It is based on the national results to analyze the participation in the DF in the said program. The research is characterized as bibliographical and documentary. The information recorded comes from the internal report of EMATER-DF, through the Economic Development Management - GEDEC, responsible for the implementation and operationalization of the program and data of the Ministry of Agrarian Development and Social Development and Fight against Hunger. The data point to important results both at the national and local levels for family farmers, as it guarantees the farmer a fairer income, valuing the production.

**KEYWORDS:** Food Acquisition Program, Family Agriculture, valorization of production.

## 1 | INTRODUÇÃO

A comercialização sempre foi um dos grandes desafios para a agricultura familiar. Entre os principais entraves, destaca-se a necessidade de vender produtos com preços baixos; legislações inadequadas voltadas para atender interesses das grandes indústrias, tornando o produto artesanal menos competitivo; e a quase inexistência de instrumentos de inclusão nos mercados (LAZZAROTTO E FIORAVANÇO, 2012). “[...] Esses e outros elementos tornaram a agricultura familiar dependente de políticas assistencialistas, causando desde o endividamento até o comprometimento da sucessão da unidade de produção” (PANDOLFO, 2008, p. 14).

Para sobreviver nesse ambiente desfavorável, muitos agricultores familiares adotaram a estratégia de se integrar a grandes complexos, na tentativa de garantir a comercialização de seus produtos (Figueiredo et al., 2007). Entretanto, tais iniciativas os deixaram vulneráveis a oscilações do mercado. Para Pandolfo (2008),

“[...] a partir do Governo Lula os agricultores familiares viram surgir algumas oportunidades com a criação de programas que recolocam a importância da produção e da distribuição de alimentos, proporcionando a construção de mercados institucionais específicos para a sua produção” (PANDOLFO, 2008, p. 14).

Um desses programas é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 pelo governo federal e que tem comprovado seu papel dinamizador das economias locais. Entre as suas modalidades, destaca-se em especial a doação simultânea, que adquire produtos dos agricultores familiares e distribui a diversas instituições beneficentes, como hospitais, creches e famílias que estão em situação de vulnerabilidade social.

O presente artigo apresenta alguns resultados e contribuições da experiência da Agricultura Familiar no Brasil e DF através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Para isso está estruturado em três seções, além desta introdução. A primeira seção traz algumas considerações sobre a agricultura familiar. A segunda discute a criação do Programa, seus objetivos e forma de funcionamento, apresentado alguns resultados nacionais até o presente, e a última seção discute a implementação e as contribuições do PAA no Distrito Federal.

## 2 | AGRICULTURA FAMILIAR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O conceito de Agricultura Familiar, segundo Wanderley (1996) é “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1996, p. 2). Essa agricultura familiar é uma categoria genérica, pois esta combinação de família-produção-trabalho assume uma grande diversidade de formas sociais. É um objeto sociológico de imensa adaptabilidade, pois está presente em todos os países. A presença em vários contextos históricos, políticos e socioeconômicos revela essa capacidade de adaptação e sua

heterogeneidade (LAMARCHE, 1993).

Analisando este conceito, percebe-se que a agricultura familiar se restringe aos proprietários. Conceito bem mais amplo é trazido pela Lei 11.326 de julho de 2006, a qual conceitua agricultor familiar como:

Aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006, art. 3º)

Segundo Abramovay (1997), para ser mantido o caráter familiar da produção é necessário que pelo menos um membro da família combine as atividades de trabalhador e administrador da produção:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional, é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997, p.3)

Pelo exposto acima, depreende-se que, de forma geral, os empreendimentos familiares possuem duas características principais: a primeira mostra que esses estabelecimentos são administrados pela própria família; e a segunda característica destaca que a família trabalha de forma direta, com ou sem o auxílio de terceiros. Assim, podemos afirmar que a família é quem define suas estratégias de sobrevivência em curto e em longo prazo. Para Wanderley (1996),

[...] a agricultura camponesa tradicional é profundamente inserida em um território, lugar de vida e de trabalho, onde o camponês convive com outras categorias sociais e onde se desenvolve uma forma de sociabilidade específica, que ultrapassa os laços familiares e de parentesco. (WANDERLEY, 1996, p. 4-5).

O sistema de produção diversificado é uma das especificidades do campesinato tradicional. Para Bianchini (2000), o chamado sistema policultura-pecuária visa que a propriedade atinja um equilíbrio entre um grande número de atividades agrícolas e a criação animal. O aprofundamento dessa relação entre as atividades agrícolas e criação animal é caracterizado como uma evolução, um aperfeiçoamento. Essa

diversificação da produção diminui os riscos econômicos e oferecem mais segurança contra intempéries e desigualdades nas colheitas. O estabelecimento familiar seria totalmente adequado a esse tipo de exploração agrícola, principalmente em relação à quantidade e à qualidade do trabalho, que deve ser intensivo.

Para Lamarche (1993), a exploração familiar se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de integração ao mercado. Muitos agricultores familiares têm desaparecido ou porque não conseguem se adaptar às novas exigências do mercado ou porque se encontram desprovidos de todo o seu patrimônio sociocultural. Perdendo esse patrimônio, perde-se um capital de conhecimento que poderia ser utilizado para encontrar soluções alternativas.

Existem vários indicadores que podem afetar o desempenho da propriedade rural familiar, sejam vinculados à gestão da produção ou decorrentes de fatores políticos e econômicos. Nesse ambiente, as variáveis sobre as quais o agricultor familiar pode exercer certo controle, como as vinculadas à gestão de sua produção, devem ser observadas como um conjunto articulado, gerido de forma integrada, para que sirva de apoio às tomadas de decisão (LOURENZANI e SOUZA FILHO, 2009).

Na visão de Almeida e Ferreira (2007),

Os agricultores fazem suas opções técnicas frente a um conjunto de restrições e oportunidades sinalizadas ou efetivadas pelo mercado, pela comunidade e pelos grupos de referência com os quais se articula, pelo núcleo familiar, pelo meio físico e pelas instituições e serviços relacionados à gestão dos recursos naturais e à geração e socialização de conhecimentos técnicos (ALMEIDA e FERREIRA, 2007, p.32).

A lógica e a racionalidade das escolhas dos agricultores familiares se constrói baseada no patrimônio cultural, na interação social. Para o agricultor, a racionalidade econômica, ou seja, a busca de mais lucro imediato não é o único parâmetro orientador das suas decisões. Apesar de sua inserção no mercado, existe uma diversidade de estratégias e lógicas de decisão dos agricultores, ou seja, uma outra racionalidade (ALMEIDA E FERREIRA, 2007).

Schneider (2006) enfatiza a necessidade de esforço mais expressivo para situar a discussão teórica sobre a “persistência da escolha particular da agricultura familiar pelo modo de trabalho e de produção no interior do capitalismo”. A atuação diante da diversidade das relações sociais e econômicas, permitem a reflexão de que por um lado alguns definem com autonomia, observando “resistência à apropriação do excedente via mercado e propriedade de meios de produção” em seu padrão de vida independentes do capitalismo (SCHNEIDER, 2006).

Outros encontram-se praticamente absorvidos pelo estilo de vida definido pelo “trabalho assalariado, apropriação de mais-valia, reprodução ampliada, racionalidade dirigida à obtenção de produtividade e rentabilidade, entre outros aspectos estabelecidos por essa dinâmica socioeconômica” (SCHNEIDER, 2006, p.4).

No Brasil, a agricultura familiar responde por grande parte da produção de alimentos e se constitui em 85,5% dos 4.859.864 estabelecimentos rurais, ocupando

30,5% da área (107,8 milhões de ha) e 37,9% do Valor Bruto da Produção agropecuária (18,1 bilhões do total) (IBGE, 2006). A análise da Renda Total (RT) mostra que os estabelecimentos familiares possuem renda total média de R\$ 2.717,00/ano (GUANZIROLI *et al.*, 2001).

De acordo com o IBGE (2006), a agricultura familiar no Brasil ocupa 12,3 milhões de pessoas (74,4%), enquanto a agricultura não-familiar ocupa 4,2 milhões (25,6%). Apesar de cultivar uma área menor com pastagem (36,4 milhões de hectares), em relação à agricultura não-familiar, a agricultura familiar é uma importante fornecedora de proteína animal: 58% do leite, 50% das aves, 59% dos suínos, 30% dos bovinos. O mesmo ocorre em relação às lavouras. A agricultura familiar ocupa área menor com lavouras (17,7 milhões de hectares), mas é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira: 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café; 34% do arroz, 21% do trigo e 16% da soja (IBGE, 2006). Quanto ao crescimento econômico da agropecuária e do complexo agroindustrial, este se dá em grande medida baseado na agricultura e em empreendimentos familiares.

Assim, baseado na agricultura de base familiar, o crescimento e o desenvolvimento econômico acontecem de forma mais equânime, porque muitas oportunidades de trabalho surgem, de modo a ampliar os horizontes de um número maior de famílias. Segundo IBGE (2006), enquanto a agricultura não-familiar ocupa, em média, 1,7 pessoas por 100 hectares, a agricultura familiar ocupa 15,3 pessoas por hectares.

Para além dos resultados puramente econômicos (especiais na economia local e regional) os efeitos do apoio à agricultura familiar avançam para melhorias sociais, culturais e ambientais, sobretudo na melhoria da dieta da população local. Neste sentido, autores como Costa *et al.* (2008) afirmam que o sucesso da produção familiar está na sua integração ao mercado tradicional ou a novos mercados; aponta que os produtores dos canais mais tradicionais, como os das feiras-livres, absorvem, na ausência de políticas específicas de apoio, todos os custos dos humores do mercado e da natureza.

Pelo exposto, percebe-se a importância do papel da agricultura familiar para a produção de alimentos, a geração de empregos e renda, ao mesmo tempo em que é considerável o seu potencial em termos da construção de propostas sustentáveis para a promoção do desenvolvimento sustentável (PLOEG, 2006).

### **3 | O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA**

#### **3.1 Breve Histórico**

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.696 de 2 de julho de 2003, atualizado pela Lei n.º 12.512, de 14 de outubro de 2011, com regulamentação via Decreto n.º 7.775, de 04/07/2012 e Decreto 8.293, de 12/08/2014. Os produtos adquiridos pelo PAA destinam-se à “promoção de segurança

alimentar e nutricional ou à formação de estoques, podendo ser comercializados” (BRASIL, 2011, cap III, art. 18).

O PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN e possui as seguintes finalidades:

- I. incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;
- II. incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III. promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV. promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;
- V. constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI. apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- VII. fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- VIII. promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e
- IX. estimular o cooperativismo e o associativismo. (BRASIL, 2012, cap. I, art.2º).

Analisando o arcabouço legal que institui e regulamenta o PAA, verifica-se que esse programa encontra-se inserido em um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, em parceria com o poder público estadual, municipal, e com diferentes organizações da sociedade civil, por meio do Programa Fome Zero, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional (SAN) do país.

O PAA é voltado para agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), juntamente com aquicultores, silvicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e quilombolas, conforme a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, assim como Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2006).

Verifica-se também que a Lei que instituiu o PAA, desburocratizou o processo de aquisição dos produtos da agricultura familiar para o atendimento aos programas públicos, dispensando, neste caso específico, as regras de licitação requeridas pela Lei 8.666/93, criando, portanto, um marco jurídico capaz de possibilitar uma presença



mais efetiva do Estado no apoio aos processos de comercialização desenvolvidos por esta categoria de produtores.

### 3.2 MODALIDADES E OPERACIONALIZAÇÃO DO PAA

A execução do PAA é realizada por meio de órgãos ou entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, ou por consórcios públicos, mediante termo de adesão, dispensada a celebração de convênio. Os modelos de termo de adesão ao PAA deverão atender às normas aprovadas pelo Grupo Gestor do programa e conterão, no mínimo, a descrição: do objeto do termo; dos compromissos assumidos pelas partes; da vigência do termo; e da previsão de alteração, denúncia ou rescisão. A operacionalização via CONAB dá-se através de Termo de Cooperação firmado com o MDS e o MDA. De acordo com o Decreto 7.775/2012 e o Decreto 8.293/2014, o PAA opera com as modalidades definidas no quadro abaixo.

Modalidade	Objetivos/funcionamento	Limite anual por unidade familiar (em R\$)	Limite anual por organização fornecedora (em R\$)
<b>Compra com doação simultânea</b>	compra de alimentos diversos e doação simultânea à entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo GGPAA, à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.	6.500,00	2.000.000,00
<b>Compra direta</b>	compra de produtos definidos pelo GGPAA, com o objetivo de sustentar preços.	8.000,00	500.000,00
<b>Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite</b>	compra de leite que, após beneficiamento, é doado aos beneficiários consumidores.	4.000,00	*limite definido em resolução do GGPAA
<b>Apoio à Formação de Estoques</b>	apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público.	8.000,00	1.500.000,00 *sendo a primeira operação limitada a R\$ 300.000,00
<b>Compra Institucional</b>	compra da agricultura familiar realizada por meio de chamada pública, para o atendimento de demandas de consumo de alimentos, de sementes e de outros materiais propagativos, por parte de órgão comprador.	20.000,00	6.000.000,00
<b>Aquisição de Sementes</b>	compra de sementes, mudas e materiais propagativos para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para doação a beneficiários consumidores ou fornecedores.	16.000,00	6.000.000,00

Quadro 1 – Modalidades/operações do PAA

Fonte: Elaboração própria, com base no Decreto 7.775, de 24 de julho de 2012e Decreto 8.293, de 12 de agosto de 2014.

Os alimentos adquiridos no âmbito do PAA são destinados para: o consumo de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional; o abastecimento da rede socioassistencial; o abastecimento de equipamentos de alimentação e nutrição; o abastecimento da rede pública e filantrópica de ensino; a constituição de estoques públicos de alimentos, destinados a ações de abastecimento

social ou venda; e o atendimento a outras demandas definidas pelo Grupo Gestor do programa - GGPAA. O GGPAA, órgão colegiado de caráter deliberativo vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tem como objetivos orientar e acompanhar a implementação do PAA. Na figura abaixo, apresentamos a estrutura de gestão do programa, conforme MDS (2013).

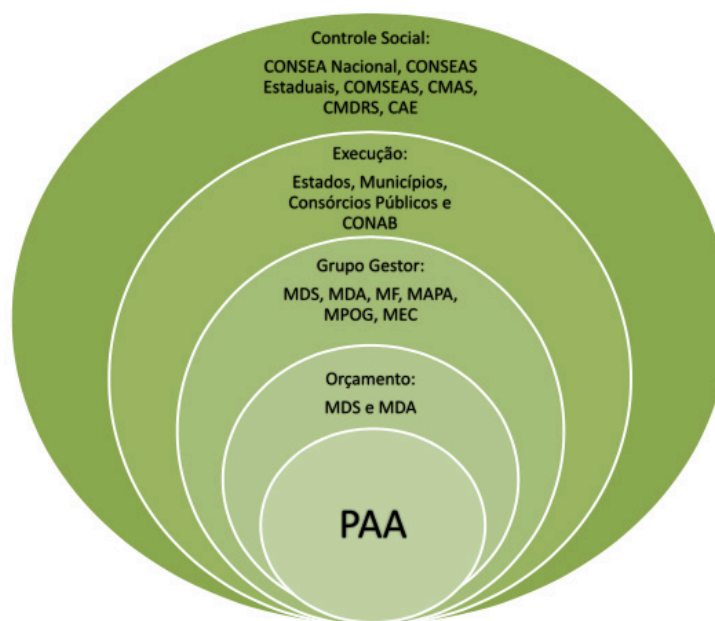


Figura 1- Estrutura de gestão do PAA

Fonte: MDS(2013).

De acordo com MDS (2013), o controle social do PAA é realizado pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (nacional, estadual e municipal). O Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável ou Conselho de Assistência Social também cumpre o papel em caso de inexistência do anterior. Também existe um Comitê Consultivo composto por representantes da sociedade civil e governamentais que acompanha a implementação do programa.

### 3.3 Resultados do Paa no Âmbito Nacional

Os resultados do PAA demonstram uma dinamização de economias locais e regionais. Estes efeitos podem ser acelerados e multiplicados se o PAA for visto como uma política de apoio financeiro à comercialização da produção familiar (aumentando a renda domiciliar) pela compra da produção para programas institucionais do governo e sua doação e venda nos mercados locais (MDA, 2013).

Programa de Aquisição de Alimentos - PAA* (ago/13)						
Ano	MDA <sup>(jun13)</sup>			MDS**		
	Valor das aquisições (R\$)	Nº de agricultores	Quantidade (Ton)	Valor das aquisições (R\$)	Nº de agricultores	Quantidade (Ton)
2003	-	-	-	145.014.751	41.464	7.800
2004	-	-	-	181.074.211	68.697	248.805
2005	-	-	-	295.582.052	69.692	277.033
2006	73.687.082	27.343	99.453	497.833.620	150.919	462.599
2007	64.581.296	16.211	62.514	465.105.405	134.574	418.661
2008	86.194.444	25.625	57.043	512.036.874	138.285	396.380
2009	89.636.542	20.859	113.792	591.244.765	142.381	500.491
2010	57.093.567	10.579	30.446	675.133.143	156.964	462.429
2011	33.799.118	7.085	26.663	631.553.016	153.278	490.077
2012	47.182.109	8.860	27.827	792.035.889	183.633	501.207
2013	6.042.830	834	2.037	102.958.457	31.888	81.927
<b>TOTAL</b>	<b>458.216.988</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.889.572.182</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: SAF/MDA e MDS

\*beneficia agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

\*\*2013 - janeiro a junho (dados preliminares sujeito a alteração)

Tabela 1- Evolução do PAA 2003-2013

Pelos dados apresentados na Tabela 1, verifica-se que em dez anos de programa foram investidos valores consideráveis na aquisição de alimentos da agricultura familiar. Foram investidos mais de 5 bilhões de reais em recursos para compra da produção, beneficiando mais de um milhão de agricultores familiares em todo o país, até agosto de 2013. Pelos dados acima também é possível verificar que o Ministério do Desenvolvimento Agrário começou a operar apenas em 2006, ou seja, três anos após sua implementação.

De 2003 a 2012, o PAA apresentou crescimento de 85% em sua execução financeira, crescimento de 78% no número de agricultores beneficiados, conforme é possível verificar nos gráficos abaixo (MDA, 2013).



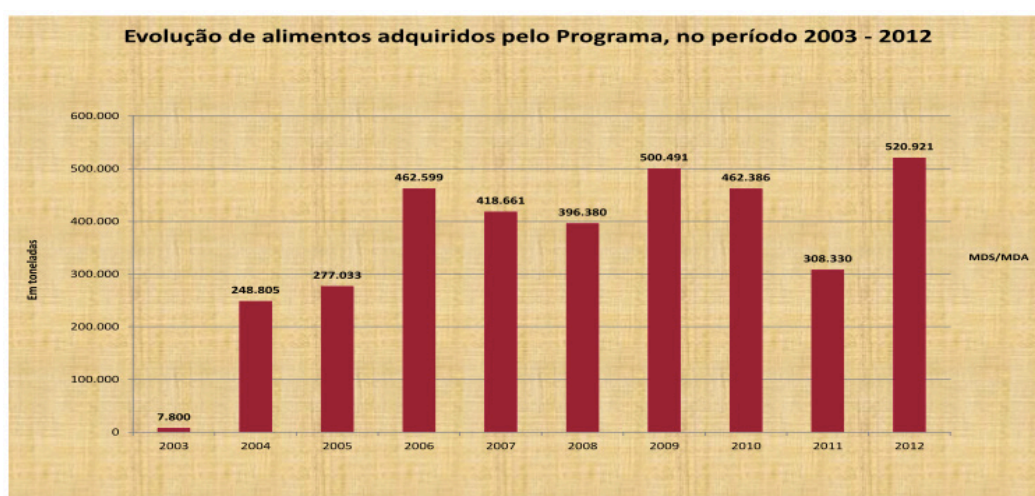
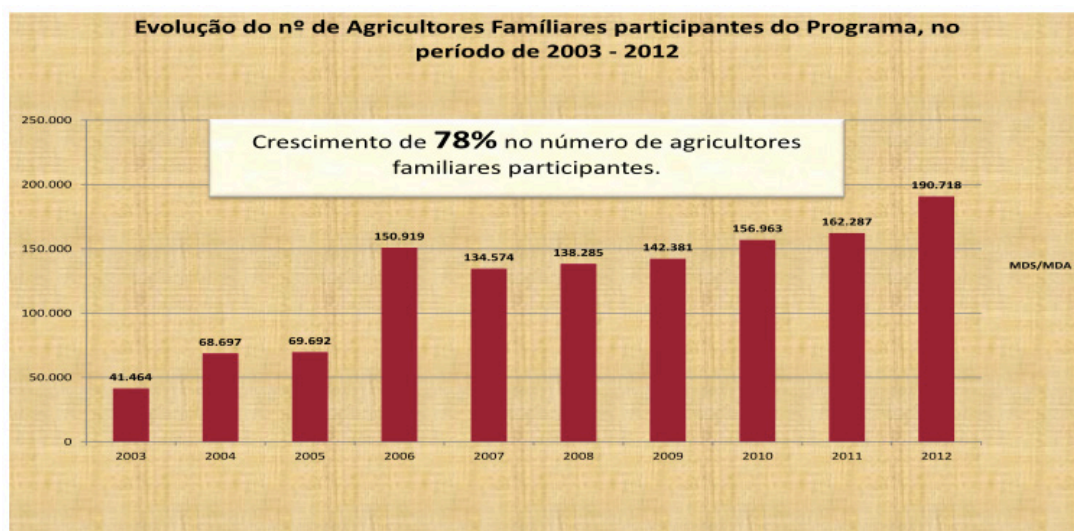


Figura 2 - Evolução da execução, do nº de agricultores e do volume de alimentos adquiridos pelo PAA

Fonte: MDA (2013)

Na tabela abaixo, verifica-se que em 2014 a modalidade mais acessada do PAA foi a Doação Simultânea com recursos investidos na ordem de R\$ 414.921.640,56, beneficiando cerca de 83.900 agricultores familiares e 13.327 entidades (MDS, 2015).

Modalidade	Nº de Agr. Fornecedores	Nº Entidades	Nº de Atendimentos	Recursos (R\$)	Produtos (Kg)
Doação Simultânea - execução CONAB	43.596	3.350	11.459.874	R\$ 286.446.706,14	150.551.514,61
Doação Simultânea - execução ESTADUAL	22.308	4.182	52.521.581	R\$ 64.430.649,27	23.409.977,82
Doação Simultânea - execução MUNICIPAL	18.060	5.795	138.357.893	R\$ 64.044.285,15	24.086.332,80
<b>Total Doação Simultânea</b>	<b>83.964</b>	<b>13.327</b>	<b>202.339.348</b>	<b>R\$ 414.921.640,56</b>	<b>198.047.825,23</b>
Formação de Estoque - R\$ MDA	4.548	-	-	R\$ 31.800.871,76	24.180.796,54
Formação de Estoque - R\$ MDS	0	0	0	R\$ 0,00	0,00
<b>Total Formação de Estoque</b>	<b>4.548</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>R\$ 31.800.871,76</b>	<b>24.180.796,54</b>
Compra Direta - R\$ MDA	0	-	-	R\$ 0,00	0,00
Compra Direta - R\$ MDS	2.805	0	0	R\$ 19.757.363,89	3.870.817,84
<b>Total Compra Direta</b>	<b>2.805</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>R\$ 19.757.363,89</b>	<b>3.870.817,84</b>
Total PAA Leite	15.875	491	28.864	R\$ 70.043.841,98	65.561.270,65
<b>Total</b>	<b>107.192</b>	<b>13.818</b>	<b>202.368.212</b>	<b>R\$ 536.523.718,18</b>	<b>291.660.710,27</b>

Tabela 2- Execução do PAA por modalidade em 2014, Brasil.

Em decorrência dos resultados alcançados pelo programa, pode-se dizer que o PAA aponta sinais que podem transformá-lo em uma política pública de Estado, permanente, de caráter estratégico, avançando nas suas diferentes dimensões, como o marco legal, estrutura de Estado, rede de bens e serviços públicos, capacidade de financiamento público, implementação e desenvolvimento de mecanismos de participação cidadã e controle social, assegurando sua interação com a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE).

Relatórios de avaliação têm confirmado melhorias nos preços pagos aos agricultores familiares, melhorando sua renda, principalmente nas áreas em que a CONAB abre polos de compra para o PAA. Segundo Sparovek *et al.* (2007), outros efeitos podem ser sentidos e creditados ao papel estruturador do PAA:

Um aspecto muitas vezes não considerado nas análises do PAA - além do Apoio à produção para o autoconsumo, do excedente para a comercialização e do subsídio ao consumo - são os benefícios indiretos obtidos pelos produtores, com a recuperação dos preços de seus produtos. Isso tem ocorrido tanto nos locais de abrangência dos polos de compra da CONAB, quanto em outros, em que são realizadas as compras institucionais, através dos convênios firmados pelo MDS com os estados e prefeituras municipais. Há casos em que o simples anúncio da compra pública de determinada quantidade de produto é suficiente para elevar os preços agropecuários (SPAROVEK *et al.*, 2007, p.36).

Este papel dinamizador do PAA, não obstante, tem sido comprometido pelo viés de política social que o MDS vem imprimindo ao programa, ao contrário do previsto no Projeto Fome Zero, que lhe dava um papel de política agrícola estruturadora da agricultura familiar e das economias locais.

Analisando a implementação do PAA, Rocha *et al.* (2011), concluem que

[...] a visão do MDS, tratando o programa como política social de assistência alimentar no marco da SAN compromete sua visão do que deve ser um programa de política agrícola de garantia de preço, aquisição e renda para o AF, como uma ação de integração espacial entre o rural e urbano (ROCHA *et al.*, 2011, p. 7).

A demanda para que o PAA se transforme numa política pública é cada vez mais forte entre os movimentos sociais ligados ao campo (ROCHA *et al.*, 2011). O PAA hoje faz parte da estratégia do Plano Brasil Sem Miséria no âmbito da inclusão produtiva rural.

#### 4 | O PAA NO DISTRITO FEDERAL

Existe um diferencial no Programa de Aquisição de Alimentos do Distrito Federal, que apresenta uma prática de tecnologia social de gestão, que qualifica as ações exigidas pelo programa, demandadas aos agricultores familiares. Esse diferencial é viabilizado pelas Unidades de Recebimento e Distribuição de Alimentos - URDAS no Distrito Federal, que apoia a promoção de soluções que agregam processos de

aprendizagem e trocas coletivas, autogestão solidária e de construção social das próprias tecnologias.

Essas características decorrem do fato de que as tecnologias sociais nascem da criatividade e do processo de amadurecimento das forças sociais e produtivas, e destes resulta no reconhecimento dinâmico de um desenvolvimento que respeite aos valores humanos e ambientais, reconhecendo à ética e os valores coletivos como fundamentais para a manutenção do planeta.

Desde 2009, a EMATER-DF tem fomentado a participação dos agricultores familiares do Distrito Federal - DF nos programas de aquisição e distribuição de alimentos. Só no Programa de Aquisição de Alimentos com base no ano de 2009, houve um incremento na ordem de 472% no número de agricultores familiares beneficiados. Além deste programa, foi articulada a participação de agricultores no Programa Nacional de Alimentação Escolar, e as diversas modalidades do PAA operacionalizado pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), (EMATER-DF, 2012).

Em 2012, juntamente com a execução do programa, foi implantado um processo de capacitação para profissionais das entidades socioassistenciais, que manipulava os alimentos, objetivando uma prestação de serviço aos beneficiários de qualidade, a minimização do desperdício no preparo e consumo dos alimentos bem o seu aproveitamento integral, com elaboração de receitas não convencionais para hortaliças (EMATER-DF, 2012).

No ano de 2015 foram inscritos no DF pelo programa PAA Termo de Adesão 802 agricultores familiares, destes 508 já efetuaram suas entregas, beneficiando 160 entidades sócio assistenciais, com aporte de recursos financeiros na ordem de R\$ 2.378.168,19, perfazendo um total de renda por agricultor familiar de R\$ 4.681,43 até outubro de 2015.

Salienta-se que todas as aquisições foram realizadas na modalidade Doação Simultânea. De um modo geral, a participação do DF no PAA possui uma representação modelo, referente a outros estados, tendo em vista o número de visitas de outros países que tem buscado conhecer esse processo de gestão diferenciada. Mas considera-se que ainda há um longo caminho a percorrer.

Diante da complexidade encontrada na gestão de negócios, que envolve a necessidade de conhecimento de logística, gestão da qualidade, apuração e controle de custos, marketing, entre outros que afetam o resultado do esforço dos agricultores familiares, inseridos formalmente ou não em cadeias produtivas e/ou sistemas de produção, observa-se que os métodos de gestão empregados pelos agentes econômicos afetam, de forma direta, os resultados obtidos e a sustentabilidade do negócio (Batalha et al., 2009).

Para garantir a interinstitucionalidade das ações necessárias ao processo de aquisição de alimentos, e as demandas oriundas das exigências do mercado, o PAA no DF é executado pelo Sistema Agricultura, participando a CEASA, EMATER-DF e SEAGRI-DF.

Na execução destes trabalhos, com base nos arranjos produtivos locais, foram criadas quatro Unidades de Recepção e Distribuição de Alimentos (URDAS): São Sebastião, Planaltina, Brazlândia e Banco de Alimentos. Com isso houve redução dos custos de logística do produtor, das instituições beneficiárias consumidoras e do Estado. Para cada arranjo produtivo foi definido um coordenador de fomento com a atribuição de articular e acompanhar junto às unidades locais, os grupos formais e não formais e, produtores individuais ao acesso a mercados de comercialização institucional, desde a entrega até o pagamento. Além desta prestação de serviço para agricultores familiares, às gerencias locais da EMATER-DF apoiam no planejamento do plantio e assistência técnica para viabilizar a qualidade na produção.

A participação de agricultores familiares no PAA envolve cadastramento, empenho, acompanhamento e emissão de nota fiscal para pagamento. Fazia-se necessário informatizar este processo para garantir a qualidade, integridade e disponibilidade da informação. Em função dessas necessidades, nasceu inicialmente o Sistema de Cadastramento e Acompanhamento dos Agricultores Familiares no PAA – SISPA. Posteriormente, o MDS desenvolveu um sistema homônimo para controlar a execução do PAA por termo de adesão em todo o território nacional. Em complemento, a EMATER-DF criou um sistema para controle e gestão das entregas dos produtores, o COMPINST. Tudo isso mostra o esforço do Estado, representado por seus diversos órgãos, em conhecer melhor seu público beneficiário.

Salienta-se também a participação dos agricultores orgânicos, até outubro de 2015 de 53 agricultores familiares orgânicos, com uma entrega de 50.575,41 Kg de alimentos orgânicos para um valor de R\$ 284.762,84, perfazendo um percentual de 12% do total fornecido comparados aos alimentos convencionais. Com relação à certificação destes participantes, todos os agricultores possuem certificação do organismo de controle social (OCS).

O PAA caracterizou-se como um instrumento de garantia de renda e sustentação de preços aos agricultores familiares participantes dos projetos; promove a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas e rurais; forma estoques estratégicos; melhora da qualidade dos produtos da agricultura familiar, a partir do planejamento da produção e da relação direta produtor/consumidor; reforça a estruturação de circuitos locais e regionais de abastecimento, pois o PAA não apenas é um pacote nacional é flexível às peculiaridades regionais (EMATER, 2015).

Por tais fatores apresentados, as URDAS são fundamentais como exemplo de tecnologia de gestão adaptada às ações de implementação do PAA no DF que, pelos resultados apresentados, tem se mostrado eficiente e com capacidade de agregação de parcerias tanto por parte dos produtores familiares como de outros órgãos governamentais (EMATER, 2015).

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados são parâmetros para uma análise da importância do Programa PAA para os agricultores familiares e de toda a sociedade, com uma produção de melhor qualidade, garantindo ao agricultor uma renda mais justa tem na gestão um dos principais aspectos a ser considerado.

Apesar dos resultados apresentados terem sido obtidos dos órgãos responsáveis pela implantação e operacionalização do programa, demonstram que seus objetivos são bem direcionados aos conceitos de crescimento e desenvolvimento regional e aos objetivos do programa.

O programa mostrou-se importante para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e das entidades beneficiárias, por valorizar produtos da agricultura familiar, pois aproximou o produtor e consumidor, eliminando os atravessadores que remuneravam seus produtos a preços muito baixos, pois não conseguiam atingir outros mercados, senão do próprio local de produção. O PAA vem proporcionado a ampliação da presença da agricultura familiar no mercado, e para muitos destes, representa o único acesso direto aos consumidores ou meio de comercializar seus produtos.

O PAA, em relação a outros programas dentro das políticas públicas, possibilita ao agricultor familiar não só a opção de comercialização de seus produtos, mas também de poder de barganha na hora de vendê-los, pois, na medida em que trouxe uma melhor organização dos produtores, ou seja, é uma possibilidade a mais que ele encontra no mercado.

O simples fato de poder vender ao Governo Federal é suficiente para que os preços do mercado venham a subir, garantindo assim maior renda e implicando na melhoria da qualidade de vida não só destes, mas também, de toda a região. Além desse aspecto, a atuação das URDAS no processo de qualificação do PAA por meio do envolvimento de técnicos, produtores rurais e órgãos governamentais tem sido determinante na positiva operacionalização do Programa.

Essas condições, geradas pelo PAA, abrangendo toda a cadeia produtiva, desde o agricultor familiar, que tem preços de mercado melhores para seus produtos; os comerciantes locais, que passam a ter mais consumidores e com poder aquisitivo maior; a administração local, que arrecada mais impostos e toda a sociedade, pela melhoria nas condições de vida, dão ao programa, a importância e relevância de sua utilização.

O programa ainda está em aperfeiçoamento e precisa de uma maior divulgação junto ao público interessado, assim como, a necessidade da realização de pesquisas junto aos agricultores familiares para conhecer melhor a visão deles em relação ao PAA, e assim medir, de forma mais precisa, a contribuição para os agricultores familiares do DF, sem, contudo, deixarmos de reconhecer a valiosa contribuição que as Unidades de Recepção e Distribuição de Alimentos tem proporcionado aos produtores familiares



locais como exemplo de uma tecnologia social de gestão.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Uma nova extensão para a agricultura familiar**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1997, Brasília. Anais do Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília: PNUD, 1997. 222p.

ALMEIDA, Luciano de; FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. **A Racionalidade da Gestão Técnica na Agricultura Familiar**: Aspectos ambientais da produção e hortaliças. Raízes, Campina Grande, vol. 26, nºs 1 e 2, p. 21–34, jan./dez. 2007.

BATALHA, M.O.; BUAINAIN, A.M.; SOUZA FILHO, H.M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H.M.; BATALHA, M.O. **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2009, PP. 43-65.

BIANCHINI, Valter. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar. Desenvolvimento Local Sustentável**. Curitiba, 2000. Disponível em:

[http://www.deser.org.br/pub\\_read.asp?id=23](http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=23). Acessado em 14 de novembro de 2013.

BRASIL. **Lei 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm)>.

BRASIL. **Lei 10.696, de 02 de julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm).

BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm).

BRASIL. **Lei 12.512, de 14 de outubro de 2011**. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l12512.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l12512.htm)

BRASIL. **Decreto 7.775, de 24 de julho de 2012**. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm). Acessado em 13 de novembro de 2013.

BRASIL. **Decreto 8.293, de 12 de agosto de 2014**. Altera o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/Decreto/D8293.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Decreto/D8293.htm#art1)>.

COSTA, Jair Pereira; RIMKUS, Leah Marie; REYDON, Bastiaan Philip. **Agricultura Familiar: Tentativas e Estratégias para Assegurar um Mercado e uma Renda**. XLVI Congresso da Sober, Acre, 2008. Disponível em: <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/109603/2/846.pdf>.

EMATER-DF. **Relatório da Gerencia de Desenvolvimento Econômico – GEDEC**. Equipe responsável: ROCHA, Loiselene Carvalho da Trindade. RIBEIRAL, Camila Braz. SILVA, Lúcio Flávio da. HECKLER, Bruna Maria Machado. TEIXEIRA Gerlan. Brasília 2012.

FIGUEIREDO, A.S.; DINIZ, J.D.A.S.; LEITE, D.S. Modelo de avaliação da logística integrada na

cadeia de abastecimento de frutas e hortaliças. In: FIGUEIREDO, A.S.; DINIZ, J.D.A.S. **Logística integrada aplicada ao agronegócio de base econômica familiar**, Brasília: Universa, 2007, pp.187-218.

GUANZIROLI, Carlos; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antônio M.; SABBATO, Alberto Di e BITTENCOURT, Gilson. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. (pág.27 a 45).

IBGE. **Censo Agropecuário**. Primeiros Resultados: Agricultura Familiar - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília, 2006. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/familia\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf)

LAMARCHE, Hughes, et all **A agricultura familiar: comparação internacional**. I Uma realidade multiforme. Trad. Tijiwa, Ângela M. N. Campinas, SP. UNICAMP, 1993.

LAZZAROTTO, J. J. e FIORAVANÇO, J. C. Reflexões sobre a Capacitação Gerencial na Agricultura Familiar Brasileira. In: **Revista Tecnologia e Sociedade**. 1.ed. Curitiba, 2012.

LOURENZANI, W.L.; SOUZA FILHO, H.M. **Gestão integrada para a agricultura familiar**. In: SOUZA FILHO, H.M.; BATALHA, M.O. Gestão integrada da agricultura familiar. São Carlos: EdUFSCar, 2009, PP. 67-93.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PAA**. Disponível em

<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>. Acessado em 15 de novembro de 2013.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos – Conceito e Oportunidades**. 1º Encontro de gestores/as, técnicos/as e representantes das comunidades beneficiárias do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais para Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2013. (Apresentação)

\_\_\_\_\_. PAA Data: Jan a Dez de 2014. Resumo da execução por modalidade. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/2014/resumo\\_new/pg\\_principal.php?url=geral\\_modalidade2](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/2014/resumo_new/pg_principal.php?url=geral_modalidade2)> Acesso em 28 de maio de 2015.

PANDOLFO, Marcos César. **O Programa de Aquisição de Alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais**. *Agriculturas* - v. 5 – nº 2 - junho de 2008. Disponível em: <[http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agriculturas\\_v5n2.pdf](http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agriculturas_v5n2.pdf)>.

PLOEG, J.D. van der. O modo de produção camponês revisitado, In: Schneider, S. *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, pp. 13-54.

ROCHA, Daniete Fernandes; CAMPOS, Mauro Macedo, MACHADO, Moisés. **Agricultura familiar, ruralidade e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma necessária política agrícola**. I Seminário Nacional do Programa de Pós- raduação em Ciências Sociais – PGCS- UFES 31 de Maio a 03 de Junho de 2011 - Campus Goiabeiras - Vitória – ES. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/view/1583/1182>>.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996. Disponível em: <[http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/agroecologia/contents/photoflow-view/content-view?object\\_id=899435](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/agroecologia/contents/photoflow-view/content-view?object_id=899435)>.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**JAQUELINE FONSECA RODRIGUES** Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGE/UTFPR; Especialista em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGE/UTFPR; Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG; Professora Universitária em Cursos de Graduação e Pós-Graduação, atuando na área há 15 anos; Professora Formadora de Cursos de Administração e Gestão Pública na Graduação e Pós-Graduação na modalidade EAD; Professora-autora do livro “Planejamento e Gestão Estratégica” - IFPR - e-tec – 2013 e do livro “Gestão de Cadeias de Valor (SCM)” - IFPR - e-tec – 2017; Organizadora dos Livros: “Elementos da Economia - 1”; “Conhecimento na Regulação no Brasil” e “Elementos da Economia - 2” - Editora Atena – 2018 e 2019 e Perita Judicial na Justiça Estadual na cidade de Ponta Grossa – Pr.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-404-7

